

INSTITUTO FEDERAL
Rio Grande do Sul

Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia do Rio
Grande do Sul

Relatório Contábil do campus Porto Alegre

e Demonstrações Contábeis Consolidadas

1º Trimestre/2023

Porto Alegre, 2023

DCONIFRS

REITOR

Julio Xandro Heck

DIRETOR-GERAL

Fabício Sobrosa Affeldt

DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO

Milena Ivanoska da Rosa Sória

COORDENADORA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Luísa Gil Almeida

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Luiz Antônio Hining

EQUIPE TÉCNICA - CONTADOR

Ademir Gautério Troina Júnior

Este documento é constituído por:

I – Demonstrações Contábeis;

II – Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis.

Demonstrações Contábeis

BALANÇO PATRIMONIAL

1º Trimestre

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
ATIVO CIRCULANTE	56.789,23	65.349,51	PASSIVO CIRCULANTE	273.061,26	2.619,60
Caixa e Equivalentes de Caixa	20.594,88	31.102,74	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	-	-
Créditos a Curto Prazo	5.500,00	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores	5.500,00	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	149.587,75	-
Estoques	29.881,83	30.878,53	Transferências Fiscais a Curto Prazo	-	-
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	-	-	Provisões a Curto Prazo	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	812,52	3.368,24	Demais Obrigações a Curto Prazo	123.473,51	2.619,60
ATIVO NÃO CIRCULANTE	56.928.845,26	57.155.499,49	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Transferências Fiscais a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Provisões a Longo Prazo	-	-
(-) Deprec. Acum. de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	273.061,26	2.619,60
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-			
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-			
Demais Investimentos Permanentes	-	-			
Demais Investimentos Permanentes	-	-			
(-) Red. ao Valor Recuper. de Demais Invest. Perm.	-	-			
Imobilizado	56.909.252,66	57.136.282,89			
Bens Móveis	5.800.915,54	6.059.809,74			
Bens Móveis	8.858.812,66	8.804.562,68			
(-) Deprec./Amort./Ex. Acum. de Bens Móveis	-3.057.897,12	-2.744.752,94			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-			
Bens Imóveis	51.108.337,12	51.076.473,15			
Bens Imóveis	51.286.056,89	51.253.637,98			
(-) Depr./Amort./Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-177.719,77	-177.164,83			
Intangível	19.592,60	19.216,60			
Softwares	19.592,60	19.216,60			
Softwares	99.015,59	98.639,59			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-79.422,99	-79.422,99			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	56.985.634,49	57.220.849,00	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	56.985.634,49	57.220.849,00

Fonte: Siafi

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES					
ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
ATIVO FINANCEIRO	20.594,88	31.102,74	PASSIVO FINANCEIRO	1.252.127,21	1.214.158,43
ATIVO PERMANENTE	56.965.039,61	57.189.746,26	PASSIVO PERMANENTE	-	-
			SALDO PATRIMONIAL	55.733.507,28	56.006.690,57

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	387.734,83	386.344,83	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	4.266.884,62	4.721.531,02
Atos Potenciais Ativos	387.734,83	386.344,83	Atos Potenciais Passivos	4.266.884,62	4.721.531,02
Garantias e Contragarantias Recebidas	387.734,83	386.344,83	Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	-	-
Direitos Contratuais	-	-	Obrigações Contratuais	4.266.884,62	4.721.531,02
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL	387.734,83	386.344,83	TOTAL	4.266.884,62	4.721.531,02

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL	
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-1.231.675,33
Recursos Vinculados	143,00
Previdência Social (RPPS)	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	143,00
TOTAL	-1.231.532,33

O Balanço Patrimonial evidencia os ativos e passivos, e sua evolução do terceiro trimestre de 2022 em relação ao terceiro trimestre de 2021. Os ativos compreendem os saldos de recursos financeiros e patrimoniais controlados pelo campus, com capacidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços, ao passo que os passivos compreendem os saldos de suas obrigações presentes, decorrente de eventos passados e com alta probabilidade de desembolso futuro. O Patrimônio líquido (PL) representa a diferença entre o total dos ativos e o total dos passivos, sendo uma importante referência sobre a situação financeira de qualquer entidade.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

1º Trimestre

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2023	2022
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	756.331,26	844.477,38
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	-	450,00
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	-	450,00
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	124,00	308,00
Juros e Encargos de Mora	124,00	308,00
Transferências e Delegações Recebidas	700.445,77	842.845,03
Transferências Intragovernamentais	675.695,79	833.723,96
Outras Transferências e Delegações Recebidas	24.749,98	9.121,07
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	55.761,49	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	324,00	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	55.437,49	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	-	874,35
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	-	874,35
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	1.063.255,60	892.651,03
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	832.594,98	696.603,63
Uso de Material de Consumo	49.687,52	24.482,54
Serviços	680.180,17	532.375,68
Depreciação, Amortização e Exaustão	102.727,29	139.745,41
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	100,02
Juros e Encargos de Mora	-	100,02
Transferências e Delegações Concedidas	14.529,00	1.708,82
Transferências Intragovernamentais	2.289,00	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	12.240,00	1.708,82
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	-	9.362,64
Perdas Involuntárias	-	9.286,64
Incorporação de Passivos	-	76,00
Tributárias	30.832,62	30.515,39
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	30.755,76	30.407,00
Contribuições	76,86	108,39
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	185.299,00	154.360,53
Incentivos	185.299,00	153.371,00
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	-	989,53
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-306.924,34	-48.173,65

Fonte: Siafi

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

1º Trimestre

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-	-
DEFICIT			785.850,81	785.850,81
TOTAL	-	-	785.850,81	785.850,81

Fonte: Siafi

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	-	-	785.850,81	555.255,37	393.393,50	-785.850,81
Outras Despesas Correntes	-	-	785.850,81	555.255,37	393.393,50	-785.850,81
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	-	-	785.850,81	555.255,37	393.393,50	-785.850,81
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	785.850,81	555.255,37	393.393,50	-785.850,81
TOTAL	-	-	785.850,81	555.255,37	393.393,50	-785.850,81

Fonte: Siafi

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	18.280,03	521.082,58	392.367,52	303.624,39	8.405,89	227.332,33
Outras Despesas Correntes	18.280,03	521.082,58	392.367,52	303.624,39	8.405,89	227.332,33
DESPESAS DE CAPITAL	-	672.176,22	62.294,91	29.876,00	-	642.300,22
Investimentos	-	672.176,22	62.294,91	29.876,00	-	642.300,22
TOTAL	18.280,03	1.193.258,80	454.662,43	333.500,39	8.405,89	869.632,55

Fonte: Siafi

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-		27.605,04	27.605,04	-
Outras Despesas Correntes	-		27.605,04	27.605,04	-
DESPESAS DE CAPITAL	-		-	-	-
Investimentos	-		27.605,04	27.605,04	-
TOTAL	-		27.605,04	27.605,04	-

Fonte: Siafi

BALANÇO FINANCEIRO

1º Trimestre

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
Receitas Orçamentárias	-	-	Despesas Orçamentárias	785.850,81	728.809,12
Ordinárias	-	-	Ordinárias	785.850,81	728.809,12
Vinculadas	-	-	Vinculadas	-	-
Previdência Social (RPPS)	-	-	Previdência Social (RPPS)	-	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-			
Transferências Financeiras Recebidas	675.695,79	833.723,96	Transferências Financeiras Concedidas	2.289,00	-
Resultantes da Execução Orçamentária	380.700,40	442.566,74	Resultantes da Execução Orçamentária	-	-
Sub-repasse Recebido	380.700,40	442.566,74	Independentes da Execução Orçamentária	2.289,00	-
Independentes da Execução Orçamentária	294.995,39	391.157,22	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	2.289,00	-
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	268.368,54	344.024,93	Aporte ao RPPS	-	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	26.626,85	47.132,29	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	463.041,59	325.423,52	Pagamentos Extraorçamentários	361.105,43	428.121,65
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	161.861,87	104.001,64	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	27.605,04	74.355,26
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	230.595,44	211.789,53	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	333.500,39	353.766,39
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	4.090,00	-	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	66.494,28	9.632,35	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	5.500,00	8.000,00			
Passivos Transferidos	60.870,28	-			
Arrecadação de Outra Unidade	124,00	1.632,35			
Saldo do Exercício Anterior	31.102,74	36.645,38	Saldo para o Exercício Seguinte	20.594,88	38.862,09
Caixa e Equivalentes de Caixa	31.102,74	36.645,38	Caixa e Equivalentes de Caixa	20.594,88	38.862,09
TOTAL	1.169.840,12	1.195.792,86	TOTAL	1.169.840,12	1.195.792,86

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA

1º Trimestre

	2023	2022
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	19.368,14	155.827,87
INGRESSOS	740.780,07	835.356,31
Outros Ingressos Operacionais	740.780,07	835.356,31
Ingressos Extraorçamentários	4.090,00	-
Passivos Transferidos	60.870,28	-
Transferências Financeiras Recebidas	675.695,79	833.723,96
Arrecadação de Outra Unidade	124,00	1.632,35
DESEMBOLSOS	-721.411,93	-679.528,44
Pessoal e Demais Despesas	-719.122,93	-679.475,08
Educação	-724.622,93	-687.475,08
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	5.500,00	8.000,00
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-	-53,36
Intragovernamentais	-	-53,36
Outros Desembolsos Operacionais	-2.289,00	-
Transferências Financeiras Concedidas	-2.289,00	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-29.876,00	-153.611,16
INGRESSOS	-	-
DESEMBOLSOS	-29.876,00	-153.611,16
Aquisição de Ativo Não Circulante	-29.500,00	-153.611,16
Outros Desembolsos de Investimentos	-376,00	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-10.507,86	2.216,71
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	31.102,74	36.645,38
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	20.594,88	38.862,09

Fonte: Siafi

Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

O objetivo da elaboração e divulgação da informação contábil é fornecer informação para fins de prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão (MCASP).

As Demonstrações Contábeis (DCON) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, campus Porto Alegre, foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBCT SP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 8ª edição e o Manual SIAFI, ambos da secretaria do Tesouro Nacional, exceto:

I – No tocante aos seguintes aspectos da informação contábil:

(a) Existência;

Quanto ao aspecto de existência, não foi reportado ao setor de contabilidade, até o encerramento deste trimestre, relatório final de inventário dos estoques, bens móveis, imóveis ou intangíveis, cujos registros contábeis totalizam um ativo público superior a R\$ 60 milhões, distribuído entre bens imóveis (51 milhões), bens móveis (8,8 milhões, softwares (R\$ 99 mil) e estoques de materiais (R\$ 29 mil). Os valores revelam a materialidade e pertinência do aspecto de existência necessário para controle e veracidade dos registros contábeis.

(b) Integralidade;

Considerando a relevância dos valores dos bens registrados no patrimônio desta unidade, até o momento não foi realizado nenhum processo de avaliação patrimonial, não sendo possível averiguar se seria necessário efetuar algum ajuste nos valores do patrimônio do Campus. Da mesma forma, não existe processo de ajuste para perdas estimadas, conforme determina a Macrofunção 020342. Em virtude disso não é possível afirmar a integralidade das informações nas demonstrações contábeis.

(c) Exatidão, valorização e alocação;

“A conformidade Contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial consiste na certificação de que as demonstrações contábeis geradas pelo SIAFI estão de acordo com a Lei nº 4.320/1964, com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público e com o Manual SIAFI”, e deverá apresentar, seguramente, “se as demonstrações contábeis apresentam inconformidades perante tais normas que resultam em distorções relevantes que prejudicam a tomada de decisões e avaliação nelas baseadas” (macrofunção 020315, do Manual SIAFI). Isso exposto, vale ressaltar que foram diversos os apontamentos ao longo de todo o exercício financeiro de 2022 e que comprometem a exatidão, valorização e alocação dos ativos, passivos e itens do patrimônio líquido e que assim permanecem, até o fechamento do trimestre de 2023, como por exemplo: falta documento de controle de contratos em execução (restrição 653); RMB divergentes (restrição 640); falta avaliação de bens móveis, imóveis, intangíveis (restrição 634), Depreciação e Amortização divergentes com o SIAFI (restrição 642 e 643, respectivamente).

II – No tocante aos seguintes procedimentos contábeis:

(a) Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas;

Falta o mapa gerencial da dívida ativa ou similar (conforme item 6.1.2.1. da macrofunção 021003 Manual de análise dos demonstrativos e auditores contábeis) para conciliação da dívida ativa e respectivo ajuste para perdas, no que couber.

(b) Bens Móveis e Imóveis;

Durante todo o exercício, manteve-se divergente o saldo SIAFI de bens móveis em relação ao correspondente documento de controle gerencial, Relatório de Movimentação de Bens Móveis – RMB, e não há registro de laudos de reavaliação e redução ao valor recuperável dos ativos (bens móveis, imóveis, intangíveis e outros), de modo que as

contas correspondentes não refletem com confiabilidade o ativo escriturado. Não há registro de laudo de inventário que viabilize a conciliação das contas desse título e que, paralelamente, ateste com confiabilidade o saldo em bens não localizados e que permita a promoção de descontinuidade dos bens. O saldo, em 31/03/2023, de bens não localizados, é de R\$ 1,7 milhões. A divergência total do saldo de bens móveis no SIAFI e o saldo de bens móveis no controle patrimonial, em 31/03/2023 é de R\$ 653,8 mil. A conta de depreciação acumulada também apresenta diferenças entre o SIAFI e o Relatório de Bens Móveis, totalizando o montante de R\$ 3,8 milhões.

(c) Atos potenciais.

Até a data de encerramento do terceiro trimestre, os saldos de contratos celebrados não foram conciliados com documento de controle do sistema gerencial que viabilize, de forma confiável, a conformidade contábil das contas do grupo de controle devedores/credores. De tal forma, os saldos desse grupo não refletem com fidedignidade os atos potenciais dos direitos contratuais em execução. Em 31/03/2023, a execução de obrigações contratuais escrituradas em contas de controle somam R\$ 4,7 milhões.

(d) Ativo intangível;

Até o término do terceiro trimestre de 2023, não foram apresentados documento de controle dos ativos intangíveis e amortização acumulada, de modo que os registros desse título não refletem com fidedignidade o ativo escriturado. Atualmente, R\$ 99 mil estão contabilizados a título de softwares no campus Porto Alegre.

(e) Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques;

Falta inventário e ajustes para perdas de estoques. Atualmente R\$ 29 mil estão contabilizados a título de estoques no Campus Porto Alegre.

As DCON foram elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), e tiveram como escopo as informações consolidadas das contas contábeis do campus Porto Alegre, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, autarquia da administração direta e integrante do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS).

As estruturas e a composição das Demonstrações Contábeis estão de acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileira e são compostas por:

- **Balanco Patrimonial (BP);**
- **Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);**
- **Balanco Orçamentário (BO);**
- **Balanco Financeiro (BF);**
- **Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);**
- **Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) e;**
- **Notas Explicativas.**

Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito deste Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, tendo em consideração as opções e premissas do modelo de contabilidade aplicada ao setor público.

Moeda funcional

A moeda funcional é o Real.

Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

A conta única, derivada do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), é mantida no BACEN e acolhe todas as disponibilidades financeiras da União, inclusive dos fundos, das fundações, das autarquias e das empresas estatais dependentes. Ela é subdividida em Conta Única recursos Tesouro Nacional, Conta Única recursos Previdenciários e Conta Única recursos Dívida Pública.

Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) transferências concedidas; (v) empréstimos e financiamentos concedidos; (vi) adiantamentos e; (vi) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável.

Estoques

Compreendem os produtos em almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Nas entradas, os estoques são avaliados e mensurados pelo valor de aquisição ou produção/construção e, nas saídas, pelo custo médio ponderado.

Ativo realizável a longo prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) empréstimos e financiamentos concedidos; (v) investimentos temporários e; (vi) estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, no IFRS, são os softwares, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida).

Depreciação, amortização ou exaustão de bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

As informações da depreciação dos bens móveis do IFRS são apuradas pelo Sistema Integrado de Gestão (SIG), que utiliza como regra de cálculo os seguintes parâmetros:

- Método das cotas constantes;
- Utilização da tabela definida pela Coordenação-Geral de Contabilidade – CCONT/SUCON/STN/MF, constante no Manual SIAFI, assunto 020330 Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações.

Depreciação de bens imóveis

As informações da depreciação dos bens imóveis são apuradas pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário da União – SPIUnet, que é gerido pela Secretaria de Patrimônio da União – SPU, nos termos da Portaria Conjunta MF/MPOG nº 703, de 10 de dezembro de 2014.

Para fins contábeis, após mensuração e lançamento nos sistemas corporativos da SPU, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais são:

I – Atualizados sistematicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação;

II – Reavaliados, aqueles nos quais:

- Seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU;
- Houver alteração de área construída, independentemente do valor investido;
- Seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, expressa na seguinte equação:

$$Kd = (n2 - x2) / n2, \text{ onde:}$$

Kd = coeficiente de depreciação

N = vida útil da acessão

X = vida útil transcorrida da acessão

Para fins da depreciação, a vida útil é definida com base no laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada é zerada e reiniciada a partir do novo valor. O valor residual é estabelecido pela STN e comunicado à SPU.

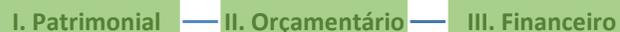
Passivos

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.

Apuração do Resultado

No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados:



Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com a contabilidade aplicada ao setor público.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superavit/Deficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

Resultado orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superavit/deficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

A elaboração de demonstrativo que apresenta e compara a execução do orçamento com o orçamento previsto é o mecanismo normalmente utilizado para demonstrar a conformidade com os requisitos legais relativos às finanças públicas (MCASP).

Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extra orçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União.

No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Notas explicativas das Demonstrações Contábeis

Nota 1 – Caixa e Equivalente de Caixa

O item Caixa e Equivalentes de Caixa compreende o somatório dos valores disponíveis na Conta Única do Tesouro e em outros bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

Esse título se subdivide em Bancos Conta Movimento – Demais Contas, que se referem aos depósitos em garantia de execução dos contratos pactuados com o IFRS, na modalidade caução, e, Recursos Liberados pelo Tesouro, que representam o valor disponível para saque da Conta Única do Tesouro Nacional, estabelecido pela Setorial de Programação Financeira, ou correspondente à arrecadação direta, para atender despesas com vinculação específica de pagamento.

Em 31/03/2023, o item com o saldo mais representativo desse grupo foi “Recursos liberados pelo Tesouro” com 67,42% do total. A tabela a seguir demonstra a composição de Caixa e Equivalentes de Caixa, bem como sua evolução em relação a 31 de março de 2022:

Tabela 1 – Caixa e Equivalentes de Caixa – Composição.

	R\$			
	31/03/2023	31/03/2022	AH%	AV%
Banco Conta Movimento – Demais Contas	6.709,60	2.619,60	156,13	32,58
Recursos Liberados pelo Tesouro	13.885,28	36.242,49	-61,69	67,42
Total	20.594,88	38.862,09		100,00

Fonte: SIAFI, 2023 e 2022

Nota 2 – Estoques

O IFRS Campus Porto Alegre armazena diversos materiais de consumo em almoxarifado para a utilização nas atividades desenvolvidas na instituição. Os estoques reduziram 17,55% conforme demonstrado abaixo.

Tabela 2 – Estoques – Composição.

	R\$			
	31/03/2023	31/03/2022	AH%	AV%
Almoxarifado	29.881,83	36.242,49	-17,55	100,00
Total	29.881,83	36.242,49	-17,55	100,00

Fonte: SIAFI, 2023 e 2022

Nota 3 – Imobilizado

Bens Móveis

Os Bens Móveis do IFRS em 31/03/2023 totalizavam, pelo custo de aquisição, R\$ 8,8 milhões e estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme detalhado na tabela a seguir, sendo a de maior representatividade o investimento em Bens de Informática, no valor de R\$ 2,5 milhões (44,29% do total), seguido de Móveis e Utensílios, no valor de R\$ 1,8 milhões (31,73% do total). A análise vertical considerou o total bruto da conta de Bens Móveis

Tabela 3 – Imobilizado – Composição.

	R\$			
	31/12/2023	31/12/2022	AH%	AV%
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	1.575.809,70	1.541.605,27	2,22	27,16
Bens de Informática	2.569.261,14	2.484.443,46	3,41	44,29
Móveis e Utensílios	1.840.699,75	1.792.705,44	2,68	31,73
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	733.751,52	631.155,68	16,26	12,65
Veículos	397.897,74	397.707,74	0,05	6,86
Demais Bens Móveis	1.741.392,81	1.872.223,74	-6,99	30,02
Depreciação / Amortização Acumulada	(3.057.897,12)	(2.345.573,56)	30,37	-52,71
Total	5.800.915,54	6.408.472,20	-8,99	100,00

Fonte: SIAFI, 2023 e 2022.

Depreciação Acumulada de Bens Móveis

Devido à divergência de saldos do Relatório de Movimentação de Bens em comparação ao Siafi, as contas de depreciação acumulada dos bens móveis não refletem adequadamente a real situação patrimonial líquida do campus, uma vez que os saldos permanecem divergentes. O total de depreciação acumulada é R\$ 3 milhões. Até o final do 1º trimestre a conta de depreciação acumulada apresentava diferenças em R\$ 3,8 milhões em comparação ao Relatório de Bens Móveis.

Bens Imóveis

Os bens imóveis do campus em 31/03/2023 totalizaram R\$ 51 milhões, distribuídos conforme tabela a seguir e com depreciação acumulada de R\$ 177 mil.

Tabela 4 – Bens Imóveis.

	R\$			
	31/03/2023	31/03/2022	AH%	AV%
Bens de Uso Especial	50.530.890,16	39.477.018,35	28,00	98,87
Bens Imóveis em Andamento	722.747,82	611.259,36	18,24	1,41
Instalações	32.418,91	0,00	-	0,06
Deprec./Acum./Amort. Acum. - Bens Imóveis	(177.719,77)	(437.516,85)	- 59,38	-0,35
Total	51.108.337,12	39.650.760,86	29,01	100,00

Fonte: SIAFI, 2023 e 2022.

Observa-se um aumento de 11 milhões na conta de Bens de Uso Especial (28%) devido ao lançamento contábil de reavaliação de imóveis no Spiunet, realizado em 27/12/2022. Os Bens Imóveis em Andamento se referem à reforma da cobertura da Torre Norte, do Campus Porto Alegre. A depreciação acumulada dos bens imóveis teve uma redução de 59,38% no período analisado, considerando a conciliação, entre Siafi e Spiunet realizada em 30/06/2022 pela Coordenação Geral de Contabilidade, conforme comunica 2022/0707140, emitido em 14/07/2022, via Siafi Web.

Nota 4 – Intangível

Tabela 5 – Intangíveis - Composição

	R\$			
	31/03/2023	31/03/2022	AH%	AV%
Software com vida útil definida	79.422,99	79.422,99	0,00	405,37
(-) Amortização Acumulada	-79.422,99	-79.422,99	0,00	-405,37
Software com vida útil indefinida	19.592,60	19.216,60	1,96	100,00
Total	19.592,60	19.216,60		100,00

Fonte: SIAFI 2023,2022

O ativo intangível é composto por softwares de vida útil definida e indefinida conforme demonstrado acima. Os valores brutos dos softwares já sofreram amortização em 100%, pois os mesmos foram adquiridos há mais de 5 anos. Até o momento não houve reavaliação do grupo intangível.

Nota 5 – Obrigações a Curto e Longo Prazo

Em 31/03/2023, o IFRS Campus Porto Alegre, apresentou um saldo em aberto de R\$ 273.061,26 (duzentos e setenta e três mil e sessenta e um e reais e vinte e seis centavos) de obrigações a curto prazo, ou seja, que deverão ser pagos dentro de um prazo de doze meses seguintes, conforme tabela a seguir. O Campus Porto Alegre não possui Obrigações a Longo Prazo.

Tabela 6 – Obrigações a Curto Prazo – Composição.

	R\$			
	31/03/2023	31/03/2022	AH%	AV%
Fornecedores e Contas a Pagar	149.587,75	31.088,57	381,17	54,78
Demais Obrigações	123.473,51	83.532,67	47,81	45,22
Total	273.061,26	114.621,24	-2.838,42	100,00

Fonte: SIAFI, 2023 e 2022

(a) Fornecedores e Contas a Pagar

(a) Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

As obrigações a curto prazo referentes a fornecedores e contas a pagar a curto prazo, representam 54,78% do total do passivo.

Na tabela a seguir, são listados os fornecedores em 31/03/2023. O principal valor do grupo Fornecedores e Contas a Pagar se refere empresa contratada para reforma do telhado, totalizando o valor de 28,15% do total a ser pago.

	31/03/2023	R\$ AV%
Stasi Carraro Arquitetura LTDA.	42.102,24	28,15
Portal Sul Empresa de Vigilância	41.268,79	27,59
Alicerce Construção e Prestação de Serviços	30.416,63	20,33
Demais Fornecedores	35.800,09	23,93
Total	149.587,75	100,00

Fonte: SIAFI, 2023

(b) Demais Obrigações a Pagar no Curto Prazo

Somam-se às obrigações de curto prazo as demais obrigações, conforme tabela a seguir. O valor mais significativo se refere à outras obrigações a curto prazo (71,06%), cujo o valor de 93,73% corresponde ao pagamento de auxílios financeiros aos estudantes.

	31/03/2023	R\$ AV%
Consignações	29.017,91	23,50
Depósitos não judiciais	6.709,60	5,43
Outras Obrigações a curto prazo	87.746,00	71,06
Total	123.473,51	100,00

Fonte: SIAFI, 2023

(a) Consignações

Compreende os valores entregues em confiança ou em consignações nos pagamentos referentes a compras de bens e serviços. Nesse grupo se encontram retenções previdenciárias, impostos e contribuições diversos, ISS e os depósitos retidos de fornecedores.

(b) Depósitos não judiciais

Compreende os valores das obrigações exigíveis contraídas com o recebimento de depósitos e/ou cauções vinculados a contratos, para garantia de operações e devolução de pagamento por motivo de domicílio bancário inexistente, a regularizar pelo fornecedor.

(c) Demais Obrigações a Curto Prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros não inclusas nos subgrupos anteriores, com vencimento no curto prazo. Nesse grupo se encontra Incentivos a Educação, Cultura; auxílios financeiros a pesquisador e cartão de pagamentos do Governo Federal.

(d) Depósitos não judiciais

Compreende os valores das obrigações exigíveis contraídas com o recebimento de depósitos e/ou cauções vinculados a contratos, para garantia de operações e devolução de pagamento por motivo de domicílio bancário inexistente, a regularizar pelo fornecedor.

Nota 6 – Resultado Patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica na confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA's) e das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD's).

As VPA's são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos, ou potencial de serviços, fluirão para o campus e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superavit/Deficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

O Resultado Patrimonial apurado foi deficitário em R\$ 306.924,34 (trezentos e seis mil novecentos e vinte e quatro reais e trinta e quatro centavos), conforme tabela abaixo ao se confrontar Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas:

	R\$		
	31/03/2023	31/03/2022	AH%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	756.331,26	844.477,38	-10,44
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	1.063.255,60	892.651,03	19,11
Total	-306.924,34	- 48.173,65	537,12

Fonte: SIAFI, 2023 e 2022

Observa-se no resultado Patrimonial do Período um acréscimo de resultado, quando comparado ao mesmo período do exercício anterior, de 537,12 pontos percentuais. Dentre as principais variações, destacam-se:

- I. Redução das transferências e delegações recebidas, no montante de R\$ 142.399,26 (-16,90%);
- II. Aumento de Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo, no valor de R\$135.991,35 (19,52%);
- III. Aumento das Outras Variações Patrimoniais Diminutivas, no valor de R\$ 30.938,47 (20,04%).

Abaixo, é apresentado o resultado da Demonstração das Variações Patrimoniais:

	R\$			
	31/03/2023	31/03/2022	AH%	AV%
Variações Patrimoniais Aumentativas	756.331,26	844.477,38	-10,44	100,00
Exploração e Venda de Bens , Serv. e Direitos	-	450,00	-100,00	
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	124,00	308,00	-59,74	0,02
Transferências e Delegações Recebidas	700.445,77	842.845,03	-16,90	92,61
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desinc. Passivos	55.761,49	-	-	7,37
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	-	874,35	-100,00	
Variações Patrimoniais Diminutivas	1.063.255,60	892.651,03	19,11	100,00
Uso de Bens, Serviços e consumo de capital Fixo	832.594,98	696.603,63	19,52	78,31
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	100,02	-100,00	-
Transferências e Delegações Concedidas	14.529,00	1.708,82	750,24	1,36
Desvalorização e Perda de Ativos e Inc. Passivos	-	9.362,64	-100,00	-
Tributárias	30.832,62	30.5156,39	1,04	2,90
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	185.299,00	154.360,53	20,04	17,43
Resultado Patrimonial	- 306.924,34	- 48.173,65	537,12	

Fonte: SIAFI, 2023 e 2022

Dentre as Variações Patrimoniais Aumentativas destacamos a redução das Transferências e Delegações Recebidas, em um montante de R\$ 142.399,26 pelo repasse da setorial orçamentária do IFRS, correspondentes

ao orçamento anual destinado ao campus, com redução referente à -16,90% quando comparado ao mesmo período do exercício anterior.

Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

Tabela 11 – Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo.

	R\$			
	31/03/2023	31/03/2022	AH%	AV%
Uso de Material de Consumo	49.687,52	24.482,54	50,73	5,97
Serviços	680.180,17	532.375,68	27,76	81,69
Depreciação, Amortização e Exaustão	102.727,29	139.745,41	-26,49	12,34
Total	832.594,98	696.603,63	19,52	100,00

Fonte: SIAFI, 2023 e 2022

Em relação ao uso de materiais de consumo, houve um aumento de 50,73% em relação ao mesmo período do ano anterior. Em relação aos Serviços, que tem maior representatividade no grupo, na ordem de 81,69%, obteve-se um aumento nos gastos em 27,76%.

As principais variações no gasto com serviços são demonstradas na tabela a seguir.

VPD Serviços

Tabela 12 – VPD Serviços

	R\$			
	31/03/2023	31/03/2022	AH%	AV%
Diárias	149,69	584,36	-290,38	0,02
Serv. Apoio Adm., téc. e operacional	550.504,15	406.569,76	26,15	80,94
Serv. de comunicação	10.011,13	6.437,05	35,70	1,47
Serv. Transp., passagens e Locomoção	-	1.488,96	-	-
Serv. água e esgoto, energia elétrica- PJ	94.333,53	98.735,88	-4,67	13,87
Serv. água e esgoto, energia elétrica- PJ Mun.	13.002,86	10.957,91	15,73	1,91
Locação e Arrendamento Mercantil operacional	12.178,81	7.601,76	37,58	1,79
Total	680.180,17	532.375,68	21,73	100,00

Fonte: SIAFI, 2023 e 2022

O principal gasto com serviços conforme a planilha acima, refere-se à serviços de vigilância e limpeza e Conservação, que juntos correspondem a 61,36% (R\$ 337.808,83) do montante total em serviços de apoio administrativo, técnico e operacional empregados até o 1º trimestre de 2023.

Nota 6 – Resultado Orçamentário

O resultado orçamentário é originado a partir da confrontação entre receitas arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas no período, tendo em vista critério estabelecido pelo art. 35 da Lei nº 4.320/1964.

Dentro do Orçamento do IFRS consta identificado o orçamento do Campus Porto Alegre referente às despesas correntes classificadas no grupo Outras Despesas Correntes e Despesa de Capital classificadas em investimentos.

O repasse do crédito orçamentário, necessário para a execução das ações do IFRS Campus Porto Alegre é realizado através da descentralização da programação orçamentária.

Até 1º trimestre de 2023 foi descentralizado para o Campus Porto Alegre a quantia de R\$ 1.113.590,12 (um milhão cento e treze mil quinhentos e noventa reais e doze centavos) e as despesas empenhadas corresponderam a 70,57% das descentralizações recebidas.

Despesas

De acordo com o art. 58 daquela Lei, Empenho da despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição (art. 58 da Lei nº 4.320/1964).

Nesta fase da execução da despesa pública ainda não é possível afirmar se a despesa foi efetivamente realizada, ou seja, não há condições de asseverar se o bem ou material adquirido foi entregue pelo seu fornecedor ou se o serviço contratado foi efetivamente prestado pelo contratado.

Nesta etapa é possível asseverar apenas que os recursos consignados na Lei Orçamentária Anual estão reservados, assegurados para a realização de alguma finalidade pública, tendo como executante determinado fornecedor de bens e serviços demandados pela Administração Pública, nominalmente identificados.

O empenho de despesas no período em análise montou a quantia de R\$ 785.850,81 (setecentos e oitenta e cinco mil oitocentos e cinquenta reais e oitenta e um centavos). Observa-se um aumento de 7,83% no montante de empenhos em relação ao mesmo período do exercício anterior como consta na tabela abaixo:

Tabela 13 – Despesas Empenhadas – Composição.

	R\$			
	31/03/2023	31/03/2022	AH%	AV%
Despesas Correntes	785.850,81	728.809,12	7,83	100,00
Despesas de Capital	-	-	-	-
Total	785.850,81	728.809,12	7,83	100

Fonte: SIAFI, 2023 e 2022

As despesas correntes empenhadas estão na sua totalidade no grupo de natureza da despesa intitulado “Outras Despesas Correntes”.

Em relação às despesas empenhadas com outras despesas correntes, destacam-se Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, cujos empenhos no período somaram R\$ 442.001,70 (quatrocentos e quarenta e dois mil um real e setenta centavos), que se referem a 56,24% das despesas correntes empenhadas) e das despesas com auxílio financeiro a estudantes, no valor total de R\$ 261.898,00 (duzentos e sessenta e um mil oitocentos e noventa e oito reais), correspondendo a 33,33% das despesas correntes.

O percentual de liquidação de outras despesas correntes até o primeiro trimestre de 2023 foi de 70,66%.

Em relação ao mesmo período do exercício anterior, houve um aumento de 19,58% nos empenhos referentes a Outros Serv. Terceiros PJ e de 24,96% nos empenhos que correspondem a Auxílio Financeiro a Estudantes. A tabela a seguir demonstra a composição e evolução das despesas correntes empenhadas no campus Porto Alegre:

Tabela 14 – Outras Despesas Correntes – Composição

	R\$			
	31/03/2023	31/03/2022	AH%	AV%
Diárias – Pessoal Civil	1.100,00	626,00	43,09	0,14
Auxílio Financeiro a Estudantes	261.898,00	196.523,00	24,96	33,33
Material de Consumo	5.500,00	8.076,00	-46,84	0,70
Passagens e Despesas c/ locomoção	0,00	7.000,00	-	-
Outras Desp. Pessoal Dec. Contr. Terc.	30.269,99	117.150,18	-287,02	3,85
Outros Serv. Terceiros PJ	442.001,70	355.465,36	19,58	59,24
Serviços de TI e Comunicação - PJ	14.248,50	11.148,22	21,76	1,81
Obrigações Tributárias e Contributivas	30.832,62	30.767,00	0,21	3,92
Indenizações e Restituições	0,00	2.000,00	-	-
Outros Serv. Terceiros PJ (INTRA)	0,00	53,36	-	-
Total	785.850,81	728.809,12	7,26	100,00

Fonte: SIAFI, 2023 e 2022

No período referente ao 1º Trimestre de 2023 não foram empenhadas despesas de capital.

Nota 7 – Restos a Pagar

Restos a Pagar

Formam os restos a pagar todas as despesas orçamentárias empenhadas no exercício de 2022 ou em exercício anterior, porém não liquidadas ou liquidadas e não pagas até 31/12/2022.

Restos a Pagar Não Processados

O IFRS Campus Porto Alegre inscreveu em Restos a Pagar não Processados as despesas empenhadas e não liquidadas dentro do exercício de 2022, perfazendo um total de R\$ 1.193.258,80 (um milhão cento e noventa e três mil duzentos e cinquenta e oito reais e oitenta centavos). Observa-se que 38,10% dos empenhos inscritos foram liquidados e destes valores 73,35% foram pagos, conforme tabela a seguir.

Tabela 15 – Execução Restos a Pagar não Processados.

R\$

Grupo da Despesa	Inscritos em exercícios anteriores	Inscritos em 31/12/2022	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
Desp. Correntes	18.280,03	521.082,58	392.367,52	303.624,39	8.405,89	227.332,33
Desp de Capital	-	672.176,22	62.294,91	29.876,00	-	642.300,22
Total	18.280,03	1.193.258,80	454.662,43	333.500,39	8.405,89	869.632,55

Fonte: SIAFI 2023

Restos a Pagar Processados

Houve inscrição de restos a pagar processados referente às despesas liquidadas e não pagas até 31/12/2022, num montante de R\$ 27.605,04 (vinte e sete mil seiscentos e cinco reais e quatro centavos), destes valores 100% foram pagos, conforme tabela a seguir.

Tabela 16 – Execução Restos a Pagar Processados.

R\$

Grupo da Despesa	Inscritos	Pagos	Cancelados	Saldo
Outras Despesas Correntes	27.605,04	27.605,04	-	-
Despesas de Capital	-	-	-	-
Total	27.605,04	27.605,04		

Fonte: SIAFI 2023

Ademir Gautério Troina Júnior
ContadorCRC/RS 076804/O-5
IFRS Campus Porto Alegre